



Demonstrações Financeiras 2022

SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Exercícios findos em
31 de Dezembro de 2022 e 2021

CNPJ: 17.315.067/0001-18

NIRE: 42300038695

Data NIRE: 18/12/2012



Relatório da Administração

Senhores representantes do Acionista Único, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SCPAR Porto de Imbituba S.A., sociedade anônima de propósito específico, integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias S.A., administradora do Porto Organizado de Imbituba em nome do Estado de Santa Catarina, submete à sua apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

1. Conjuntura

Em um contexto impactado pela situação de pandemia, desaceleração econômica mundial, efeitos da Guerra entre Rússia e Ucrânia, quebra na safra brasileira de soja, especialmente nos estados do Sul e em parte do Mato Grosso do Sul, temporadas de chuvas e aumento na demanda pelo transporte de cargas gerais e granéis minerais, o trabalho intenso da comunidade portuária de Imbituba resultou na movimentação anual histórica de 7,1 milhões de toneladas. Em relação ao recorde anterior, celebrado em 2021, houve crescimento de 3,6% no volume movimentado. A leve queda no número de navios atendidos, de 285 para 280 (2021/2022), frente à ascensão da quantidade de cargas operadas, é reflexo da operação de maiores volumes por embarcação. A movimentação no complexo portuário permaneceu predominantemente de granéis sólidos, especialmente o coque de petróleo, com 28,6% da movimentação total. Também apresentaram expressiva participação no grupo de graneis: os fertilizantes, o sal, os farelos de soja e milho, o minério de ferro e a hulha betuminosa. Destaque para a operação de contêineres, cujo volume operado garantiu o segundo lugar no ranking de produtos transportados. Nas cargas gerais, grupo com maior crescimento em relação ao ano anterior (+34,6%), sobressaiu a movimentação de toras de madeira. Dentre os fluxos de navegação, a maioria das operações foram de importação, fluxo que apresentou queda de 7,3% na quantidade transportada em relação a 2021. Já as exportações aumentaram significativamente sua participação nas operações, com alta de 21,3% na tonelagem destinada ao exterior. Visando a ampliação das operações e melhor uso das áreas do Porto, foi realizada a assinatura do contrato de arrendamento do Terminal de Granel Líquido, para um período de 10 anos, que prevê a aplicação de cerca de R\$ 25 milhões de reais na modernização do terminal. Também foi firmado o arrendamento transitório do Terminal de Granéis Minerais e realizado um chamamento para doação de Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA) para subsidiar a modelagem de futuros arrendamentos de oito áreas públicas operacionais disponíveis no Porto Imbituba, resultando na entrega de 4 estudos. Ainda no campo da gestão, a SCPAR Porto de Imbituba deu um importante passo na adequação às novas normas e exigências da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com a contratação de empresa especializada para revisão dos processos, avaliação dos riscos e implementação do programa de conformidade. A adequação está dividida em 6 fases e está prevista para ser concluída em 2023. A exposição do Porto de Imbituba e o fomento de novos negócios foram ampliados em importantes feiras e eventos

nacionais e internacionais do setor portuário. A Autoridade Portuária participou com estande nas Feiras Intermodal South America e Logistique - Feira de Logística e Negócios Multimodal, e, pela primeira vez, no XXX Congresso Latinoamericano de Portos (AAPA Latino), foi coorganizadora do Imbcomex - Encontro de Negócios Portuários, porto anfitrião da visita técnica do Fórum Sul Export e participou do Congresso Internacional de Desempenho Portuário. No momento em que o Estado de Santa Catarina completou 10 anos com a delegação do porto organizado, o Porto de Imbituba celebrou resultados que representam um verdadeiro desabrochar operacional: crescimento de cerca de 250% se comparado ao resultado de 2012, a soma de mais de 49 milhões de toneladas movimentadas ao longo de sua história e 2.500 navios atendidos, superando a marca de US\$ 10 bilhões em mercadorias movimentadas.

2. Desenvolvimento da Infraestrutura Portuária

Ademais do prosseguimento às ações de manutenção da infraestrutura, nos âmbitos civil, elétrico e mecânico, o trabalho da Autoridade Portuária em 2022 ficou marcado pela conclusão da implantação do Plano Preventivo Contra Incêndio e Pânico (PPCI), entrega do novo sistema de distribuição de energia elétrica, um investimento de R\$ 3,3 milhões, aprovação do Plano de Dragagem de Manutenção, visando maior previsibilidade orçamentária e operacional, a demolição da construção ociosa da antiga torre de controle do Porto, e o início da reforma do prédio administrativo, valorizando e modernizando a edificação que fez parte da história de crescimento portuário de Imbituba. No âmbito da preparação e planejamento para novas melhorias, a companhia promoveu a elaboração do projeto básico de instalação de um delfim na ponta do Cais 2 e o estudo de derrocagem dos Cais 1 e 3, com o objetivo de ampliar a área de acostagem. Também elaborou o projeto básico do novo sistema de energia fotovoltaica, que começará a ser implantado em 2023, mapeou a rede de drenagem, trocou a cobertura metálica da Portaria 2, e iniciou um estudo de tráfego para diagnóstico do fluxo interno atual, proposição de otimização no curto prazo, projeções e planejamento da disposição futura do sistema viário. Além disso, um importante passo foi dado para a concretização da maior e mais importante obra a ser realizada pela SCPAR Porto de Imbituba: a recuperação, reforço e ampliação do Cais 3, com a licitação realizada em setembro de 2022. A obra deve iniciar em breve e será custeada totalmente com recursos da Autoridade Portuária, um aporte de mais de R\$ 92 milhões na infraestrutura do Porto que, quando concluído, elevará os patamares operacionais do Complexo Portuário de Imbituba.

3. Relação Porto Cidade

No âmbito da relação porto-cidade, uma das mais importantes iniciativas foi o 1º Arraiá do Porto de Imbituba. A festa junina realizada na Capela São Pedro celebrou o 64º aniversário de Imbituba com uma programação de apresentações culturais, comidas típicas e visitas da comunidade ao Porto. O programa Porto de Portas Abertas viabilizou 39 visitas, dentre grupos de alunos, da comunidade e dentro da programação de eventos do setor portuário. A vertente educacional da relação porto-cidade foi foco da 2ª edição do Projeto Navio de Experiências, realizado com estudantes de duas

escolas públicas de Imbituba, proporcionando uma trilha de aprendizagem sobre o Porto com atividades práticas e teóricas. Os colaboradores da Autoridade Portuária também marcaram presença na Feira das Profissões da Cooperativa Educacional de Imbituba (Coopeimb). A companhia deu continuidade ao Programa Carga Preciosa de Incentivo Fiscal, com apoio financeiro a 18 projetos culturais da cidade e patrocinou o 7º Passeio Ciclístico, promovido em conscientização ao Outubro Rosa pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba. Em dezembro, a comemoração dos 10 anos da SCPAR Porto de Imbituba foram marcados com uma cerimônia que contou com a apresentação de um balanço da primeira década, reconhecimentos à comunidade portuária e a inauguração do Centro de Atividades Múltiplas do Porto. A atuação comprometida da SCPAR Porto de Imbituba foi contemplada, pelo 7º ano consecutivo, com o Certificado em Responsabilidade Social, concedido pela ALESC. Além disso, o Costa Butiá, projeto de Educação Ambiental do Porto, que completou 4 anos em 2022, entrou para o TOP 100 de Artesanato Brasileiro, do SEBRAE, que reconhece as unidades produtoras de artesanato mais importantes e competitivas do país. A administração segue acompanhando as tratativas sobre a duplicação do Acesso Norte, que conecta o complexo portuário a BR-101, cujo projeto está sendo elaborado pela Secretaria de Infraestrutura (SIE) do Estado de Santa Catarina. Realizou agendas junto aos órgãos federais e estaduais para buscar resolução quanto a situação da área da antiga Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), espaço que fica ao lado do Porto e a reativação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE Imbituba).

4. Aspectos Econômico-Financeiros

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2022 com um lucro líquido de R\$ 103.071.075,91 (cento e três milhões e setenta e um mil e setenta e cinco reais e noventa e um centavos), impulsionado fortemente pelo reconhecimento contábil do trânsito em julgado da ação de tributária n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da companhia em relação aos impostos de natureza federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, repercutindo em seu resultado a não mais incidência de Imposto de Renda, bem como a repetição do indébito a ser exercido pela companhia na ordem de R\$ 79.943.138,68 (Setenta e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil, cento e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos). A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de cerca de 13% em relação ao ano de 2021, registrando a quantia total de R\$ 70.616 (Setenta milhões, seiscentos e dezesseis mil reais) no ano de 2022. Destaca-se que a performance EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) apresentou índice de 32% da Receita Líquida da empresa, devido principalmente ao crescimento de suas receitas pelo incremento das atividades de movimentação de cargas. Em decorrência de medida liminar nos autos do processo n. 1025458-21.2020.4.01.3400, não foram recebidos no decorrer de 2022 cerca de R\$ 43 milhões de reais relativos a cláusula take or pay do contrato de arrendamento TECON, entretanto, em que pese a não realização destas quantias, a Administração da Companhia está empenhando esforços para uma solução efetiva ao assunto o

mais breve possível, demonstrando juridicamente a improcedência dos argumentos lançados pela arrendatária, bem como outras ações que preservem financeiramente a Administração Portuária. A tabela a seguir exibe a composição efetiva do EBITDA da Companhia ao longo do tempo, demonstrando sua evolução durante o período de 2018 a 2022.

Gráfico 1 - Evolução do EBITDA entre os anos de 2018 a 2022 (em milhares de R\$)

	2018	2019	2020	2021	2022
Lucro do Período	26.261	36.992	10.381	12.882	103.071
IRPJ e CSLL	13.717	19.308	5.720	7.662	2.361
Resultado Financeiro	(3.495)	(5.027)	(6.315)	(3.564)	(30.997)
Outros Resultados	60	-	-	(62)	(53.752)
EBIT	36.543	51.273	9.786	16.918	20.683
Amortização	1.067	1.294	1.413	1.632	1.783
EBITDA	37.610	52.567	11.289	18.550	22.466
% Relação a Receita Líquida	56 %	61 %	24 %	30 %	32 %

5. Aspectos Operacionais

O ano de 2022 consagrou as atividades portuárias em Imbituba com a movimentação recorde histórica de 7.122 (sete milhões, cento e vinte e duas mil) toneladas movimentadas, representando um leve crescimento em aproximadamente 3% em relação ao ano imediatamente anterior. A tabela abaixo detalha a movimentação portuária composta pelos principais grupos de cargas nos últimos 5 (cinco) anos:

Gráfico 2 - Evolução da movimentação portuária por grupo de cargas (em milhares de toneladas)

Carga (Ton)	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Variação
Granéis Agrícolas	1.630	1.613	1.900	1.654	1.290	1.220	(6%)
Granéis Minerais	1.806	1.983	2.107	2.621	3.516	3.673	4%
Fertilizantes	233	230	589	582	821	747	(10%)
Granéis Líquidos	104	123	51	10	21	26	19%
Carga Geral	56	206	275	242	401	568	29%
Contêiner	657	1.068	838	759	826	888	7%
TOTAL Toneladas	4.486	5.223	5.761	5.868	6.875	7.122	3%
Atracações realizadas	250	289	240	228	285	280	(1%)
Média por Navio (Ton x Mil)	18	18	24	26	24	25	4%

6. Aspectos de Saúde e Segurança do Trabalho

Formada por 10 colaboradores voluntários, a Brigada de Emergência da SCPAR Porto de Imbituba foi qualificada, em agosto, com um veículo exclusivo, que trará celeridade ao atendimento de

incidentes. Além disso, com a implantação do serviço de atendimento de urgências, pelo OGMO, desde setembro de 2022, o Porto de Imbituba passou a contar com uma equipe disponível 24 horas para ação de primeiros socorros na área portuária. Em 2022, foram realizados um simulado do Plano de Controle de Emergência (PCE) e três simulados do Plano de Ajuda Mútua (PAM), com o objetivo de treinar as brigadas portuárias e avaliar a capacidade de resposta, possibilitando assimilar os procedimentos e vivenciar diferentes cenários. Em substituição ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) passou a vigorar em 2022, visando manter a segurança e preservar a saúde ocupacional dos colaboradores, através de antecipação, avaliação e controle da ocorrência de riscos no ambiente de trabalho. Além disso, a melhora da situação de pandemia permitiu o retorno do programa de ginástica laboral para os colaboradores da SCPAR Porto de Imbituba. Em abril, a 7ª Campanha de Vacinação Contra a Gripe da Autoridade Portuária imunizou 89 colaboradores e dependentes contra a influenza (tetraivalente). Ao longo do ano, a Autoridade Portuária também realizou melhorias na Central Temporária de Resíduos e atuou em parceria com o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) de Imbituba para promover ações relativas à saúde e bem-estar dos trabalhadores portuários: 5º Dia da Mulher Portuária - Outubro Rosa, Semana Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário - (SIPATP NACIONAL) e campanhas contra o alcoolismo e o assédio.

7. Aspectos Ambientais

A SCPAR Porto de Imbituba deu continuidade ao atendimento das condicionantes da Licença Ambiental de Operação, com exceção das coletas do monitoramento da água de lastro, interrompidas temporariamente em 2021 em virtude da pandemia e que devem retornar em fevereiro de 2023. Dentre os procedimentos ambientais realizados está a 14ª edição do Programa de Monitoramento das Baleias-Francas, com boas práticas de conscientização das tripulações das embarcações, a avistagem de 233 baleias durante o sobrevoo de setembro, além da observação diária terrestre, realizada de julho a novembro. Visando manter as condições de profundidade do sistema aquaviário, foi ampliada a Licença Ambiental de Operação do Porto de Imbituba (nº 4647/2022), contemplando também a bacia de evolução e o canal de acesso externo como áreas autorizadas para dragagem. Para marcar o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, a SCPAR Porto de Imbituba realizou a 5ª Parada do Meio Ambiente, com duas oficinas: produção de ecobags com lonas de banners antigos e plantio de horta em vasos. Em novembro de 2022, a Autoridade Portuária também participou da reunião inicial para elaboração do Plano de Área (PA) de Imbituba e Laguna. O PA tem o objetivo de combater de forma conjunta com demais instituições os incidentes de poluição por óleo na área abrangida. Caberá à Autoridade Portuária de Imbituba a coordenação técnica da elaboração do PA, cujo prazo para a conclusão dos trabalhos é de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 90 dias. Em relação ao Índice de Desempenho Ambiental (IDA), a companhia subiu três posições no ranking que avalia a gestão ambiental dos portos públicos brasileiros. O resultado do ciclo 2021 foi divulgado em 2022 e aferiu a nota 93,88

do Porto de Imbituba, 8º posição nacional. No ciclo 2020, o porto sul catarinense havia conquistado a nota de 86,73 e 11ª colocação.

8. Perspectivas

O ano de 2023 chega com grandes desafios para a SCPAR Porto de Imbituba, mas também perspectivas positivas de resultados a serem alcançados ao longo deste novo ciclo. O gerenciamento da obra Cais 3 e dos investimentos paralelos na área de acostagem, como a construção do delfim do Cais 2 e a derrocagem do Cais 1 são as principais intervenções previstas no campo da infraestrutura, sem contar o contínuo trabalho de manutenção civil, mecânica e elétrica do Porto de Imbituba. A Autoridade Portuária também atua para concluir definitivamente a abertura do Gate 3 da Portaria 2, tornando mais eficiente o fluxo de entrada e saída de caminhões do Porto. No campo da gestão, algumas das principais demandas são a realização de concurso público, a aprovação do novo Plano de Segurança Portuária (PSP), a conclusão da adequação à LGPD, o acompanhamento da política tarifária e a recuperação dos créditos advindos da Imunidade Tributária. A entrega recente de três EVTEAs ao Ministério de Infraestrutura, acende a expectativa para leilão de três novas áreas e adensamento de uma área já existente, trazendo mais investimentos para a poligonal. Com o compromisso de fomentar cada dia mais a relação porto-cidade, a SCPAR Porto de Imbituba dará continuidade às ações de aproximação, informação e diálogo com o público local. Segue com o intenso cuidado de monitoramento e conservação dos aspectos ambientais, visando o crescimento sustentável do complexo portuário. A Autoridade Portuária acompanha as tratativas para a duplicação do acesso norte de Imbituba, atualização do Plano Diretor da cidade e do Plano Mestre do Complexo Portuário, a implantação da Zona de Processamento de Exportação de Imbituba, a possível integração da área da antiga ICC ao Porto, a ampliação da malha ferroviária catarinense e a conclusão da BR-285, dentre outras importantes questões para o desenvolvimento regional. O Porto de Imbituba mantém relações comerciais com mais de 40 países e um portfólio diversificado de cargas atendidas, demonstrando sua flexibilidade operacional e abrindo espaço para novas operações. Isso permite, ano a ano, o crescimento da confiança do mercado, contribuindo para a perspectiva de mais um ciclo de desempenho financeiro positivo, e de resultado operacional recorde no Porto, com movimentação prevista em torno de 7,3 milhões de toneladas em 2023. É nessa perspectiva, responsável e comprometida com a sociedade e a comunidade portuária, que a SCPAR Porto de Imbituba, sociedade de economia mista do Estado de Santa Catarina, continuará trabalhando para viabilizar o bom desempenho do Porto de forma eficiente e sustentável.

Luis Antônio Braga Martins

Diretor Presidente

Alexandre Amin Salum Jr.

Presidente do Conselho de Administração

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, previstas no Art. 47 e 55 do Estatuto Social da Companhia, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III e VII do Art. 163 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, examinou o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhado de suas notas explicativas. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes, o conselho fiscal desta Companhia, é de parecer favorável, sem ressalvas de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que os documentos estão aptos a serem submetidos a apreciação dos senhores representantes do acionista único.

Márcio Cassol Carvalho

Presidente do Conselho Fiscal

Júlio Cesar Bernardi Cogo

Conselheiro Fiscal

Fábio Zobot Holthausen

Conselheiro Fiscal

Parecer dos Auditores Independentes

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SCPAR Porto de Imbituba S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos comas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Clientes – Santos Brasil Participações S.A.

Conforme informações constantes nas notas explicativas 5 e 34.4, a Companhia Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. A Companhia tem o direito ao recebimento anual de cerca de R\$ 40 milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Nossa opinião não contém ressalvas em virtude deste assunto.

Patrimônio líquido – Saldo de Reservas de Lucros

A Companhia possui um saldo excedente de reservas de lucros em relação ao seu capital social. Considerando as exigências do art. 199 da Lei nº 6.404/76, e devido às particularidades regulatórias

na qual a Companhia e sua Controladora estão inseridas, a administração iniciou os estudos para implementar as tratativas necessárias para o atendimento da referida legislação.

Imunidade Tributária Recíproca - IRPJ

Conforme nota 29, em 19 de outubro de 2022, transitou em julgado a ação nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em que foi reconhecida a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal. A Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo os valores de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, uma vez que a partir da competência de ABR/18, os valores foram depositados judicialmente. Analisamos os cálculos e registros contábeis correspondentes e nossa opinião não contém ressalvas em virtude deste assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. f) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Paulo Sérgio da Silva
Contador
CRCPR 29.121/O-0 S-SC

Marlos Nanoni Reinert
Contador
CRCPR 50.998/O-9 S-SC

Consult Auditores Independentes
CRCPR 2906/O-5

Balanço Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

<u>ATIVOS</u>	Nota Explicativa	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	111.422	94.119
Contas a Receber	5	4.013	2.331
Tributos a Recuperar	6	2.340	1.139
Despesas Antecipadas		121	163
Estoques	7	1.277	822
Outros Créditos		41	221
Total dos Ativos Circulantes		119.214	98.795
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		87.801	34.765
Depósitos Judiciais	8	45.722	34.640
Outros Créditos		-	125
Tributos a Recuperar	9	42.079	-
Ativo Intangível	10	33.124	31.289
Total dos Ativos Não Circulantes		120.925	66.054
TOTAL DOS ATIVOS		240.139	164.849
<u>PASSIVOS</u>	Nota Explicativa	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante			
Fornecedores	11	985	577
Obrigações Tributárias	12	2.180	3.537
Obrigações Trabalhistas	13	2.957	2.780
Dividendos Propostos	14	31.584	5.816
Outras Obrigações	15	6.712	152
Total do Passivo Circulante		44.418	12.862
Não Circulante			
Obrigações Tributárias Suspensas	16	-	33.366
Provisão para Contingências	17	793	996
Total do Passivo Não Circulante		793	34.362
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	50	50
Reservas de Lucros		194.878	117.575
Reserva Legal	19	10	10
Retenção de Lucros	20	117.565	107.904
Lucro a disposição da AGO		77.303	9.661
Total do Patrimônio Líquido		194.928	117.625
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		240.139	164.849

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Ano 2022	Ano 2021
Receita Operacional Líquida	21	70.616	62.487
Receita Líquida de Serviços	21	66.998	58.963
Receita de Construção	21	3.618	3.524
Custo dos Serviços Prestados		(35.236)	(32.142)
Custo dos Serviços Portuários	22	(21.553)	(19.199)
Custo com Mão de Obra Direta	23	(8.282)	(7.787)
Amortizações	24	(1.783)	(1.632)
Custo de Construção	25	(3.618)	(3.524)
Lucro Bruto		35.381	30.345
Despesas		39.054	(13.365)
Despesas com Pessoal	26	(10.367)	(8.762)
Despesas Gerais e Administrativas	27	(3.691)	(4.665)
Outras Despesas	28	(7.001)	(1.649)
Outras Receitas		204	1.711
Créditos Tributários	29	59.909	-
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		74.435	16.980
Resultado Financeiro		30.997	3.564
Receitas Financeiras	30	31.087	3.604
Despesas Financeiras		(90)	(40)
Resultado Antes dos Tributos		105.432	20.544
Tributos Sobre o Lucro	31	(2.361)	(7.662)
Imposto de Renda		-	(5.629)
Contribuição Social		(2.361)	(2.033)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		103.071	12.882
Lucro por Ação (Em Reais)		2.061,42	257,64

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Totais
	Reserva Legal	Retenção Lucros	Lucros a Disposição AGO			

Saldo em 31.12.2020	50	10	100.118	7.786	-	-	107.964
----------------------------	-----------	-----------	----------------	--------------	----------	----------	----------------

Mutações de 2021

Destinação para Reserva de Lucros	-	-	7.786	(7.786)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	12.882	-	12.882
Dividendos Propostos aos Acionistas	-	-	-	-	(3.221)	-	(3.221)
Lucros a Disposição da AGO	-	-	-	9.661	(9.661)	-	-

Saldo em 31.12.2021	50	10	107.904	9.661	-	-	117.625
----------------------------	-----------	-----------	----------------	--------------	----------	----------	----------------

Mutações de 2022

Destinação para Reserva de Lucros	-	-	9.661	(9.661)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	103.071	-	103.071
Dividendos Propostos aos Acionistas	-	-	-	-	(25.768)	-	(25.768)
Lucros a Disposição da AGO	-	-	-	77.303	(77.303)	-	-

Saldo em 31.12.2022	50	10	117.565	77.303	-	-	194.928
----------------------------	-----------	-----------	----------------	---------------	----------	----------	----------------

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2022	Ano 2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	105.432	20.544
Amortizações	1.783	1.630
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	(1.682)	1.026
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	347	(37)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar	(1.201)	196
(Aumento)/Redução em Estoques	(455)	(10)
(Aumento)/Redução em Depósitos Judiciais	(11.082)	(5.870)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar LP	(42.079)	-
Aumento/(Redução) em Fornecedores	408	(497)
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	(1.357)	2.024
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	177	268
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	6.560	(4)
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	(33.569)	5.546
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.361)	(7.662)
Fluxo de Caixa Gerado	20.921	17.154
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(3.618)	(3.523)
Fluxo de Caixa Aplicado	(3.618)	(3.523)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos distribuídos ao Acionista	(-)	(9.248)
Fluxo de Caixa Gerado	(-)	(9.248)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	94.119	89.736
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	17.303	4.383
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	111.422	94.119

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2022	Ano 2021
Receita Gerada	81.750	72.286
Receita de Serviços Prestados	78.132	68.762
Receita de Construção	3.618	3.524
Custo com Insumos Adquiridos de Terceiros	(37.812)	(29.213)
Serviços de Terceiros	(16.268)	(12.731)
Energia Elétrica Consumida	(1.423)	(1.572)
Outros Insumos	(16.503)	(11.386)
Custo de Construção	(3.618)	(3.524)
Valor Adicionado Bruto	43.938	43.073
Depreciação e Amortização	(1.783)	(1.632)
Valor Adicionado Líquido	42.155	41.441
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	31.087	3.604
Valor Adicionado a Distribuir	73.242	45.045
Pessoal e Encargos	18.629	16.549
Remuneração Direta	14.436	12.972
Fundo de Garantia	855	763
Benefícios	3.338	2.814
Impostos, Taxas e Contribuições	(48.548)	15.574
Federais	(52.455)	12.136
Municipais	3.907	3.438
Remuneração de Capitais de Terceiros	90	40
Despesas Financeiras	90	40
Remuneração do Capital Próprio	103.071	12.882
Lucros Retidos para os Acionistas	25.768	3.221
Lucros Retidos em Reservas	77.303	9.661

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao Estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação por igual período. A Companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 8 de março de 2023.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta Companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal nº 6.404 de 1976 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações), juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da Companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de dezembro de 2037, caso não ocorra prorrogação do referido convênio. Os bens construídos e adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do ICPC 01 – *Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A Companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – *Contratos de Concessão* não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais receitas originadas de contratos de arrendamento e tarifas de natureza pública. As tarifas públicas são aquelas previstas na Tabela de Tarifas do Porto de Imbituba, aprovadas pelo Acórdão n. 435/2022 ANTAQ, sendo assim compreendidas: Tabela I (Infraestrutura de Acesso Aquaviário), remunerado pelo porte dos navios atracados no Porto, aferido pela tonelagem porte bruto da embarcação; Tabela II (Instalações de Acostagem), remunerado pela dimensão da embarcação e tempo de permanência atracado; Tabela III (Infraestrutura Operacional ou Terrestre), remunerado pela quantidade em toneladas de carga movimentada; Tabela V (Utilização de Infraestrutura de Armazenagem), remunerado pelo tempo de estadia de cargas nos armazéns públicos; Tabela VII (Diversos Padronizados), o qual compreende a utilização de serviços e insumos fornecidos pela Autoridade Portuária; Tabela VIII (Uso Temporário e Arrendamento Simplificado), e Tabela IX (Complementares). Já as receitas decorrentes de contratos de arrendamento compreendem: Outorga Fixa: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado de área disponibilizada; **f) Receita Operacional de Arrendamentos:** receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres movimentados; **g) Arrendamento Contratual Mínimo:** receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “take-or-pay”.

3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A Companhia não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a Companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

3.5 Tributos

A provisão para contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis. A provisão para contribuição é aplicada a alíquota de 9% (nove por cento). Quanto ao Imposto de Renda - IRPJ, não há valores devidos pela companhia em face da decisão judicial em 19 de outubro de 2022 na ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 em que reconheceu a Imunidade Tributária Recíproca da companhia, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998.

3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.8 Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor adicionado (DVA) individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.9 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são os saldos a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da Companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representadas pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerados em média de 75% a 100% da variação da CDI.

	31/12/2022	31/12/2021
Bens Numerários disponível em Caixa	2	4
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	111.420	94.115
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	111.422	94.119

5. Contas a receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos às receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observadas ainda as particularidades previstas em contrato. A Companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.9.

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos a menos de 30 dias	-	-
A vencer em até 30 dias	4.013	2.331
Saldo a receber Take or Pay TECON [a]	107.238	64.150
(-) Suspensão Judicial TECON [a]	(107.238)	(64.150)
Total	4.013	2.331

a) Em 29 de Abril de 2020, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito no pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 junto a 1º Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula *take or pay* junto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. O valor suspenso perfaz a quantia de R\$ 107.238 (R\$ 64.150 em 31/12/2021). Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresenta-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de efetivo recebimento. Na nota explicativa 34.4 é apresentado com ênfase o detalhamento desta lide.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

6. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar representam valores decorrentes de Imposto de Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras. Os valores são apresentados pelo custo histórico.

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF Estimado s/ Aplicações Financeiras	2.340	1.139
Total	2.340	1.139

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

	31/12/2022	31/12/2021
Material de Expediente	26	16
Material de Limpeza	42	18
Material de Manutenção Civil	313	231
Material de Manutenção Elétrica	556	520
Material de Manutenção Tecnológica	277	37
Material de Saúde e ST	63	-
Total	1.277	822

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária. A principal quantia depositada judicialmente pela Companhia refere-se à Ação declaratória em face da União Federal nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sendo melhor detalhado na nota explicativa 29.

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Judiciais Regulatórios	490	718
Depósitos Judiciais Trabalhistas	305	416
Depósitos Judiciais Tributários	103	103
Depósitos Recursais	37	37
Depósito Judicial Imposto de Renda	37.705	30.388
Atualização – Depósito Judicial Imposto de Renda	7.082	2.978
Total	45.722	34.640

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

9. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar a longo prazo representam os valores decorrentes de imposto de renda a ser habilitado junto à Receita Federal do Brasil, em virtude do trânsito em julgado da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em 19 de outubro de 2022, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo os valores de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, uma vez que a partir da competência de abril/2018, os valores foram depositados judicialmente, sendo que os montantes requeridos junto à Receita Federal compreendem o período de dezembro/2012 a março/2018:

	31/12/2022	31/12/2021
Montante principal IRPJ a Recuperar 12/2012 a 03/2018	28.365	-
Atualização SELIC sobre IRPJ a Recuperar	13.714	-
Total	42.079	-

10. Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso da infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2. O demonstrativo do ativo intangível líquido, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é assim representado:

Ativo Intangível Líquido				
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.143	(797)	2.346	5 %
Infraestrutura de Acostagem	7.059	(1.651)	5.408	5 %
Infraestrutura Terrestre	10.513	(2.875)	7.638	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.573	(759)	1.814	5 %
Equipamentos Portuários	1.466	(342)	1.124	5 %
Administração	10.834	(1.983)	8.851	5 %
Obras em Andamento	5.865	-	5.865	5 %
Outros Ativos Intangíveis	141	(63)	78	15 %
Total	41.594	(8.470)	33.124	6,3%

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

O quadro a seguir demonstra as adições ao ativo intangível no curso do ano corrente:

Ativo Intangível				
	Saldo 2021	Adições	Alienações	Saldo 2022
Infraestrutura Marítima	3.143	-	-	3.143
Infraestrutura de Acostagem	6.609	450	-	7.059
Infraestrutura Terrestre	10.289	224	-	10.513
Infraestrutura Armazenagem	2.573	-	-	2.573
Equipamentos Portuários	1.279	187	-	1.466
Administração	9.617	1.217	-	10.834
Obras em Andamento	4.324	1.541	-	5.865
Outros Ativos Intangíveis	141	-	-	141
Total	37.975	3.619	-	41.594

11. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos pela Companhia, tendo como prazo médio de liquidação inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes na data das demonstrações financeiras.

12. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre Serviço	309	329
PIS e COFINS	1.386	488
Imposto de Renda e Contribuição Social	189	2.541
Tributos Retidos	296	179
Total	2.180	3.537

13. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência. Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com Pessoal	1.081	1.008
Obrigações Previdenciárias	412	382
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	1.464	1.390
Total	2.957	2.780

14. Dividendos Propostos

O Estatuto Social da Companhia, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos mínimos, de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do Poder Delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., decorrente dos dividendos devidos nos termos do Convênio de Delegação nº 01/2012.

	2022	2021
Dividendos devidos no início do exercício social	5.816	11.843
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício corrente	25.768	3.221
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	-	(9.248)
Saldo no Final do Exercício	31.584	5.816

15. Outras Obrigações

Representa outras obrigações assumidas pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. decorrentes das atividades naturais de seu negócio, sendo que a parcela mais relevante é compreendida pelas alterações produzidas pela União no segundo termo aditivo do contrato de arrendamento S/N nos autos do processo 50300.008257/2018-31.

	2022	2021
Ressarcimento Processo 50300.008257/2018-31	6.577	-
Garantias Contratuais	135	152
Saldo no Final do Exercício	6.712	152

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

16. Obrigações Tributárias Suspensas

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. ajuizou ação tributária em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1988, em relação aos impostos de competência da União, conforme ação 5002780-94.2016.4.04.7216. Com o trânsito em julgado da ação em 19 de outubro de 2022, referidas quantias foram transferidas para o resultado do exercício, reconhecendo os valores como receita, nos termos da nota explicativa n. 29.

17. Provisão para Contingências

A Companhia reconhece como perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória, conforme detalhado no quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ação Federal n. 5004763-82.2021.4.04.7207	136	136
Ação Federal n. 5008554-59.2021.4.04.7207	80	80
Ação Cível n. 0302632-02.2014.8.24.0030	20	-
Ação Trabalhista n. 0000814-58.2019.5.12.0043	-	45
Ação Trabalhista n. 0000085-43.2019.5.12.0043	-	46
Ação Trabalhista n. 0000015-78.2020.5.12.0043	-	33
Ação Trabalhista n. 0000191-91.2019.5.12.0043	8	8
Ação Trabalhista n. 0000276-77.2019.5.12.0043	-	49
Ação Trabalhista n. 0000047-83.2020.5.12.0043	-	17
Ação Trabalhista n. 0001308-20.2019.5.12.0043	295	295
Ação Trabalhista n. 0000906-07.2017.5.12.0043	35	28
Ação Trabalhista 0000609-08.2018.5.12.0029	63	63
Ação Trabalhista 0000193-61.2019.5.12.0043	-	40
Ação Trabalhista 0000485-46.2019.5.12.0043	95	95
Ação Trabalhista 0000118-51.2021.5.12.0043	61	61
Total	793	996

18. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do capital social de sua subsidiária integral, nos termos previstos no Art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

19. Reserva Legal

Corresponde aos valores destinados a constituição de Reserva Legal, correspondente a 20% do Capital Social registrado, nos termos do Art. 193 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

20. Retenção de Lucros

Registra os valores não destinados e retidos pela Companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos do Art. 196 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

21. Receita Operacional Líquida

Nos termos do Art. 12 do Decreto Lei nº 1.598 de 1977, incluído pelo Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, a Receita Operacional Líquida da Companhia no ano de 2022 foi de R\$ 70.616 (Setenta milhões, seiscentos e dezesseis reais), conforme valores segregados a seguir:

	2022	2021
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	125.274	105.543
Receita Bruta de Construção [b]	3.618	3.524
(-) Cancelamentos por Determinação Judicial [c]	(43.088)	(33.338)
(-) Desconto e Premiações [d]	(4.054)	(3.443)
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [e]	(11.134)	(9.799)
Receita Operacional Líquida	70.616	62.487

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, nos termos do Art. 12 do Decreto Lei nº 1.598 de 1977, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	2022	2021
Tabela I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário	11.763	11.727
Tabela II - Infraestrutura de Acostagem	13.472	11.772
Tabela III - Infraestrutura Operacional ou Terrestre	17.633	14.123
Tabela V - Infraestrutura de Armazenagem	280	836
Tabela VII - Diversos Padronizados	1.239	871
Tabela IX – Complementares	1.703	1.644
Arrendamento Fixo	11.339	8.881
Arrendamento Variável	24.405	22.126
Arrendamento Take or Pay	43.440	33.563
Total	125.274	105.543

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] A dedução a título de cancelamentos considera a decisão judicial referente a suspensão em medida liminar ajuizada pela arrendatária Santos Brasil Participações S.A. nos autos do processo 1032707-38.2020.4.01.0000, conforme melhor se detalha na nota explicativa 34.4.

[d] Representa os descontos concedidos nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente na Tabelas I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário e Tabela II – Infraestrutura de Acostagem.

[e] Representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas oriundas dos serviços portuários prestados, compreendendo a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na ordem de 7,6 %, a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) em 1,65% e o Imposto sobre Serviços (ISS) em 5,00 %.

22. Custos dos Serviços Portuários

O resumo dos principais custos na prestação dos serviços portuários da Companhia está apresentado a seguir:

	2022	2021
Consumo de Energia Elétrica	1.424	1.572
Custos com Serviços Ambientais	231	204
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	7.171	5.467
Custos com Serviços de Limpeza da Área Portuária	1.328	1.077
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	1.591	854
Custos com Serviços de Segurança Portuária	3.225	2.860
Custos com Serviços de Terceiros	2.721	2.269
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	1.720	1.649
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	2.304	3.003
Custos com Manutenção em Geral	1.185	1.520
Outros Custos	787	610
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(2.134)	(1.886)
Total	21.553	19.199

23. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	2022	2021
Salários e Ordenados	4.204	3.952
Encargos Sociais	1.715	1.633
Provisões de 13º Salário e Férias	797	819
Benefícios	1.566	1.383
Total	8.282	7.787

24. Amortizações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da Companhia:

	2022	2021
Amortização Infraestrutura Marítima	157	157
Amortização Infraestrutura Acostagem	347	332
Amortização Infraestrutura Terrestre	500	493
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	121	121
Amortização de Outros Ativos	658	529
Total	1.783	1.632

25. Custo de Construção

O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

26. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da Companhia, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de administração da Companhia, diretorias e conselhos, são segregados abaixo:

	2022	2021
Salários e Ordenados	4.588	3.829
Remuneração da Administração	1.091	1.097
Encargos Sociais	1.992	1.678
Provisões de 13º Salário e Férias	924	726
Benefícios	1.772	1.432
Total	10.367	8.762

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

27. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da empresa, estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Serviços de Terceiros	2.415	2.064
Consumo de Materiais	374	402
Publicações e Propagandas	443	68
Auxílio Financeiro Hospital São Camilo	-	2.000
Outras Despesas	459	131
Total	3.691	4.665

28. Outras Despesas

As outras despesas da companhia compreendem principalmente o reconhecimento contábil das alterações produzidas pela União no segundo termo aditivo do contrato de arrendamento S/N nos autos do processo 50300.008257/2018-31, além de provisões de contingências.

	2022	2021
Ressarcimento Processo 50300.008257/2018-31	6.577	-
Contingências de Natureza Tributária	-	1.588
Contingências de Natureza Trabalhista e Cível	48	60
Contingências de Natureza Regulatória	376	1
Saldo no Final do Exercício	7.001	1.649

29. Créditos Tributários

Em 19 de outubro de 2022 transitou em julgado a ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da Companhia em relação aos impostos de natureza federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1988. Desta forma, em 15 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva deliberou para requerer o indébito tributário correspondente aos 5 (cinco) últimos exercícios em que a ação foi proposta, compreendendo os valores de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, uma vez que a partir da competência de abril/2018, os valores foram depositados judicialmente, sendo que os montantes requeridos junto à Receita Federal compreendem o período de dezembro/2012 a março/2018. Assim sendo, a partir do quarto trimestre de 2022, a Companhia deixou de tributar seus resultados em razão da Imunidade Tributária do IRPJ.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	2022
Montante principal depositado judicialmente período 04/2018 a 12/2022	37.705
Montante principal da repetição do indébito período 12/2022 a 03/2018	28.218
(-) Estorno dos valores de IRPJ entre 01/2022 a 09/2022	(6.014)
Crédito Tributário Total	59.909

30. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela Companhia durante os exercícios, bem como a SELIC sobre Crédito Tributário da Ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	11.675	3.688
Atualização Selic Sobre Depósito Judicial IRPJ	7.082	-
Atualização Selic sobre Repetição Indébito IRPJ	13.714	-
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(1.515)	(176)
Juros e Multas recebidas	130	78
Outras Receitas Financeiras	1	14
Total	31.087	3.604

31. Tributos Sobre o Lucro

A companhia goza de imunidade tributária do imposto de renda, conforme trânsito em julgado em 19 de outubro de 2022 da ação n. 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998. Desta forma, os valores devidos correspondem a Contribuição Social sobre o lucro líquido - CSLL, apurado pela sistemática do Lucro Real, sendo que em 2022 incluso também o IRPJ.

	2022	2021
Resultado antes dos Tributos	105.432	20.544
(+) Adições de Despesas Não Dedutíveis	652	5.045
(-) Exclusões de Receitas Não Tributáveis	(79.857)	(2.995)
(=) Base de Cálculo do IRPJ (somente 2021) e CSLL	26.227	22.594
Devido de Imposto de Renda (somente 2021) e Contribuição Social a alíquota de 9%	2.361	7.662

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

As adições de despesas não dedutíveis correspondem a constituição de provisões para contingências, bem como a atualização destas quantias no passivo não circulante. Constam também como despesas não dedutíveis os valores de doações a entidades e demais despesas não reconhecidas como dedutíveis na apuração dos tributos sobre o lucro. No que se refere às exclusões, estas correspondem a atualização de valores depositados judicialmente e a reversão de provisões para contingências registradas no passivo não circulante da Companhia.

32. Gestão de Riscos Financeiros

32.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, sobre as quais se fundamentam as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Quanto às aplicações de recursos, a Companhia elege instituições financeiras assim como as quantias aplicadas.

32.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da Companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

32.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da Diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

33. Ativos Contingentes

33.1 Ação de Consignação em pagamento

Em 2013, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. depositou em juízo os valores devidos relativos à cláusula *take or pay* do contrato TECON, sendo que os valores atualizados e em discussão correspondem a aproximadamente R\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de reais). Existe a possibilidade de liberação judicial à SCPAR Porto de Imbituba S.A. da integralidade destes valores consignados. O processo foi remetido para a Justiça Comum Estadual, em virtude da declaração de incompetência absoluta do Juiz Federal face a exclusão da União do Polo Passivo por inexistência de seu interesse no feito. Atualmente, o número do processo é 0009785-15.2016.8.24.0023, tramitando na 3ª Vara Cível da Capital Florianópolis. O juízo de 1º grau sentenciou em benefício da Companhia Docas de Imbituba, sendo que foram opostos Embargos de Declaração com o objetivo de esclarecer diversos pontos e inconsistências não analisados quando da prolação do juízo de mérito. Estes foram conhecidos e parcialmente providos, mantendo-se a sentença em quase a sua plenitude. Após, foi interposto Recurso de Apelação, além da Estatal, pela Companhia Docas de Imbituba e pela CRB Operações Portuárias S.A. A banca de advogados está focada em provar em juízo que a consignante Santos Brasil Participações S.A. sabia que os valores deveriam, desde o princípio, serem destinadas à SCPAR Porto de Imbituba S.A., devendo a ação ser julgada totalmente improcedente, revertendo-se os valores residuais a esta sociedade. Devemos destacar, no entanto, que quem é parte, em alguns dos processos, é a SC Participações e Parcerias S.A., porém o direito pretendido são valores decorrentes do Convênio de Delegação da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

34. Passivos Contingentes

34.1 Contingências de Natureza Regulatória

Atualmente existem 7 (sete) processos de natureza regulatória, sendo que a Companhia julga de perda provável o processo sancionador oferecido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários de nº 5004763-82.2021.4.04-7207, representando uma possível perda de R\$ 136.125,00 (cento e trinta e seis mil e cento e vinte e cinco reais) a Companhia, já reconhecidos no balanço patrimonial conforme nota explicativa n. 15. Os demais 4 (quatro) processos n. 5001184-36.2020.4.04-7216, 50300.004916/2019-41, 50300.015027/2019-17, 50300.006670/2019-41 podem incorrer em perda possível de aproximadamente R\$ 1.284.525,00 (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais), sendo o mais expoente no valor de R\$ 1.000.000,00

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

(Um milhão de reais) referente ao processo 50300.015027/2019-17 relativo a imposição de penalidade em decorrência de não cumprimento de cláusulas do convênio de delegação n. 01/2012.

34.2 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em 14 (quatorze) processos de natureza trabalhista, assim considerados de perda possível ou provável, sendo estes divididos nos principais grupos:

a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável as ações 8 (oito) ações trabalhistas oferecidas por ex-empregados, os quais requerem o pagamento de FGTS da época em que ocuparam cargos de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R\$ 361.877,36 (Trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), os quais estão descrito na nota explicativa nº 15, envolvendo os processos 00000814-58.2019.5.12.0043, 0000815-43.2019.5.12.0043, 0000015.78.2020.5.12.0043, 0000906-07.2017.5.12.0043, 0000609-08.2018.5.12.0029, 0000193-61.2019.5.12.0043, 0000485-46.2019.5.12.0043 e 0000395-04.2020.5.12.0043;

b) Responsabilidade subsidiária de serviços terceirizados: Foi provisionado e reconhecido como de perda provável a quantia aproximada de R\$ 369.773,44 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) relativos aos processos trabalhistas na contratação de empresas de serviços terceirizados, cuja responsabilidade subsidiária é imputada a SCPAR Porto de Imbituba S.A, conforme autos dos 4 (quatro) processos trabalhistas de n. 0001308-20.2019.5.12.0043, 000047-83.2020.5.12.0043, 0000276-77.2019.5.12.0043 e 00000191-91.2019.5.12.0043.

c) Ação Civil Pública por dano moral coletivo: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho cujo pedido final é a condenação desta Estatal e de mais 7 (sete) réus em Danos Morais Coletivos e Individuais em decorrência de supostos danos causados à classe trabalhadora quando da transição da Administração da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba quando do término da Concessão à empresa privada Companhia Docas de Imbituba e posterior Delegação ao Estado de Santa Catarina. Foi dada à causa o valor de 10 milhões de reais. Houve Sentença de Mérito, condenando a Estatal solidariamente (junto com os demais réus) para a) Declarar a responsabilidade pelos créditos trabalhistas rescisórios dos ex empregados da Companhia Docas de Imbituba; b) pagamento de danos morais individuais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada ex-empregado do Porto (Companhia Docas); e c) pagamento danos morais coletivos de 10.000.000,00 (dez milhões de reais); Para fins de cálculos, devemos considerar, no mínimo, 120 pessoas, chegando, portanto, ao valor total de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais) a ser pago pelas partes União, ANTAQ, Estado de Santa Catarina, SC Participações e Parcerias S.A. (holding) e SCPAR Porto de Imbituba S.A. A sentença incorreu em algumas inconsistências que serão atacadas via Embargos de Declaração. Houve a interposição de

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

embargos, posteriormente a interposição de Recurso Ordinário, o qual está aguardando decisão. A jurisprudência do TRT12 (Súmula nº 119) e também do TST se mostram favoráveis ao pleito da defesa da Estatal, no entanto não é possível aferir com precisão o resultado final do processo, sendo considerado de perda possível no valor estimado de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais).

34.3 Suspensão de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requer a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade *take or pay* nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.

34.4 Reequilíbrio e Suspensão de Cláusula *take or pay* contrato de arrendamento TECON

A empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, sob nº 00045.002955/2016-51 no ano de 2016, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. A Companhia tem o direito ao recebimento anual de cerca de R\$ 40 Milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento, sendo que o deferindo de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo sua lucratividade, seu planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. Atualmente entendemos que o conceito acerca de prejuízos decorrentes de uma decisão administrativa desfavorável a esta estatal é remoto, em razão da vasta fundamentação e elementos de prova a sustentar o pedido, além de existir parecer jurídico opinando pela improcedência dos pedidos formulados pela arrendatária. Entretanto, no início de 2020, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 e, obteve êxito no seu pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba está deixando de receber cerca de R\$ 30 (trinta) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MMC em contrato com cláusula “*take or pay*”. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em sua fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios.

35. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de depreciação e amortização dos bens registrados pela Companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A Companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

36. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 em sua Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

37. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 e a cessão de empregados a Companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

38. Cobertura de Seguros

A Companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil dos operadores portuários com a seguradora Liberty Seguros, cuja vigência compreende o período de 15 de maio de 2022 a 15 de maio de 2023, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Orgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquia de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Contempla ainda a cobertura para danos físicos a bens móveis e imóveis até o limite de garantia de R\$ 13.645.509,90 (Treze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e nove reais e noventa centavos) nos exatos termos consignados na Apólice de Seguro de n. 17-93.2022.0000250.

39. Eventos Subsequentes

A Companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 8 de março de 2023.

Luis Antônio Braga Martins

Diretor Presidente

CPF: 663.384.687-87

José João Tavares

Diretor de Planejamento e Operações

CPF: 215.989.409-53

Alexandre Pinter

Diretor de Gestão e Finanças

CPF: 031.652.849-89

Cristiano Lopes de Oliveira

Diretor Jurídico

CPF: 023.339.759-03

Elivelton Luiz Doré

Contador CRCSC: 37.889/O-0

CPF: 079.533.439-75

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



Assinaturas do documento



Código para verificação: **F8EF790Q**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIVELTON LUIZ DORÉ (CPF: 079.XXX.439-XX) em 08/05/2023 às 11:48:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/02/2019 - 17:42:53 e válido até 21/02/2119 - 17:42:53.

(Assinatura do sistema)



ALEXANDRE PINTER (CPF: 031.XXX.849-XX) em 08/05/2023 às 12:52:40

Emitido por: "SGP-e", emitido em 27/02/2019 - 18:48:55 e válido até 27/02/2119 - 18:48:55.

(Assinatura do sistema)



LUÍS ANTÔNIO BRAGA MARTINS (CPF: 663.XXX.687-XX) em 08/05/2023 às 14:39:37

Emitido por: "SGP-e", emitido em 05/08/2020 - 14:41:41 e válido até 05/08/2120 - 14:41:41.

(Assinatura do sistema)



CHRISTIANO LOPES DE OLIVEIRA (CPF: 023.XXX.759-XX) em 08/05/2023 às 15:31:59

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/02/2023 - 15:06:19 e válido até 10/02/2123 - 15:06:19.

(Assinatura do sistema)



JOSÉ JOÃO TAVARES (CPF: 215.XXX.409-XX) em 08/05/2023 às 16:58:29

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/08/2021 - 12:33:20 e válido até 10/08/2121 - 12:33:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQl8xMzc3MV8wMDAwMTc3NF8xNzc0XzlwMjJFRjhFRjc5MFE=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00001774/2022** e o código **F8EF790Q** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.